



Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria-Executiva
Diretoria de Administração, Finanças e Contabilidade
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Compras e Licitações

OFÍCIO SEI Nº 18646/2024/MTE

Brasília, 21 de março de 2024.

Ao Senhor

Eduardo Pereira Tomaz

Sócio-Diretor

Personnalité Soluções Administrativas Ltda EIRELI

Condomínio Alto da Boa Vista Entre Quadras 103/104, CL Número Lote 10 Sala 01

CEP: 73.130-900 - Sobradinho / DF

gpersonnalite@gmail.com

Assunto: Pregão Eletrônico nº 90001/2024. Prestação de serviços de operador de mídias audiovisuais. Diligência para julgamento de recurso.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19958.200012/2023-56.

Senhor Sócio-Diretor,

1. Considerando o recurso apresentado pela empresa **Ecovolt Engenharia, Comércio e Serviços LTDA ME**, CNPJ nº **26.762.139/0001-66**, contra a decisão do pregoeiro de ter declarado vencedora do certame a empresa **Personnalité Soluções Administrativas Ltda EIRELI**, CNPJ nº **04.477.223/0001-03**;

2. De modo a dar embasamento ao julgamento do recurso empetrado pela empresa Ecovolt, e como forma de diligência, solicitamos o seguinte:

a) **Demonstração de opção pelo regime tributário da CPRB, para o exercício 2024, e de recolhimento com a aplicação de alíquota de contribuição previdenciária de 1,5%**, conforme consta na declaração anexada pelo licitante para o certame. Para comprovação, a licitante deverá anexar, no mínimo, relatório e recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativos à competência de janeiro de 2024, em atendimento ao Art. 9ª, §13, da Lei 12.546/2011:

(...)

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:

(...)

§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irrevogável para todo o ano calendário.

b) **Retificação da Declaração de Contratos Firmados com a Administração Pública**, contendo a relação de TODOS os compromissos assumidos com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta, **e da Declaração do licitante com justificativa formal caso haja divergência superior a 10% entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)**, conforme item 8.23, e subitens, do edital. A relação de contratos deverá discriminar, minimamente: Órgão Contratante, número de contrato, data de INÍCIO DA VIGÊNCIA, data FIM DA VIGÊNCIA, VALOR ANUAL do contrato, VALOR GLOBAL do contrato; e, deve estar compatível com a consulta apresentada por meio do Portal da Transparência.

3. Será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento, com fim de prazo a ser indicado no corpo do e-mail a ser enviado.

4. Solicitamos confirmação do recebimento.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

MÁRIO ROBERTO MELO SILVA

Pregoeiro

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa

CEP 70056-900 - Brasília/DF

(61) 2021-5859 - e-mail colic.cglic@economia.gov.br - gov.br/trabalho-e-emprego

Processo nº 19958.200012/2023-56.

SEI nº 1795022